

## I CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ORGANIZAÇÕES DO CAMPO - I CLOC

### DECLARAÇÃO FINAL

“Pelos caminhos da América há tanta dor, tanto pranto, nuvens, mistérios e encantos que envolvem nosso caminhar. Há cruzeiros nos caminhos, pedras manchadas de sangue apontando como flechas para onde está a liberdade.”

(Zé Vicente-Brasil)

A América Latina segue vivendo sob a dominação política e econômica do imperialismo norteamericano. No marco da reestruturação do mercado mundial e da conformação de democracias formais e tuteladas na América Latina, estão sendo aplicadas políticas de ajuste, com privatizações e entrega das economias nacionais ao capital internacional.

As políticas neoliberais no meio rural latinoamericano tem-se expressado em francos retrocessos nas reformas agrárias, em legislações anti-camponesas que têm como finalidade lançar ao mercado milhões de hectares de terra e facilitar processos de reconcentração das mesmas. O resultado disso é um alarmante crescimento da pobreza, migrações para as cidades e destruição das economias camponesas.

Diante dessa situação, a resistência camponesa e indígena tem se manifestado através de mobilizações, ocupações de terra, impulsionamento alternativas auto-gestionárias para enfrentar os desafios da produção, dos serviços e do mercado.

Parte disto foi o impulso da Campanha Continental dos 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, promovida desde 1989, com a qual se desenvolveu uma mobilização a nível continental. Fruto dela foi o outorgamento do Prêmio Nobel da Paz a Rigoberta Menchú e a declaração da “Década dos Povos Indígenas”, pela ONU.

Sob este espírito de unidade na diversidade, um número significativo de organizações do campo Latinoamericano e do Caribe, acordamos convocar este I Congresso Latinoamericano de Organizações do Campo (I CLOC), realizado entre 21 e 25 de fevereiro de 1994, em Lima, Perú, com o propósito de intercambiar experiências entre nossas organizações e buscar formas de coordenação e de ações conjuntas.

Hoje concluímos com êxito nosso I Congresso. Alcançamos os objetivos a que nos propusemos, com a participação de 238 delegados, de 84 organizações sindicais, procedentes de 18 países de América Latina e 3 da Europa.

Graças à participação e contribuições de todos os delegados chegamos a conclusões esperançosas. No aspecto agrário, concluímos que o direito dos camponeses à terra e dos indígenas a seu território são irrenunciáveis e irrevogáveis e fazem parte dos direitos humanos. Que uma verdadeira reforma agrária supõe profundas mudanças nas estruturas sociais e produtivas, um reordenamento da legislação anti-camponesa, que garanta as formas de propriedade social e a condução direta da terra. Não mais terras em poucas mãos, nem muitas mãos sem terra.

Definimos que é fundamental promover o acesso aos pequenos e médios produtores ao crédito, à assistência técnica e pesquisa, mercados seguros e preços justos para seus produtos, seguros agrícolas e serviços básicos; impulsionar formas alternativas de auto-desenvolvimento e integração econômica a partir de nossas organiza-

ções, tanto a nível local, nacional, como a nível de América Latina; e trabalhar por uma agricultura auto-sustentável que garanta o melhoramento da qualidade de vida da população, o uso racional dos recursos naturais e a preservação de nossos recursos genéticos.

**Manteremos com firmeza nossa luta pelo respeito à identidade cultural, à auto-determinação e ao território dos povos indígenas; buscaremos em todo momento a unidade dos indígenas e camponeses; lutaremos pela aprovação do projeto da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, pela ONU.**

**A luta das mulheres do campo é a luta de todos; não é um problema somente das mulheres mas de todos os explorados, de toda a sociedade. Trabalharemos por uma mística latinoamericana que supere todo tipo de discriminação e violência contra a mulher, facilitando e apoiando sua participação ativa e com direitos iguais ao homem, nas diferentes instâncias de decisão. Devemos buscar que a infância e a juventude tenham uma atenção especial ; como organizações do campo lutaremos por garantir sua alimentação, educação, saúde, recreação e segurança. Que não haja mais crianças exploradas nem juventude sem emprego.**

**Reivindicamos uma educação que responda aos problemas e necessidades de transformação e desenvolvimento integral do campo, que afirme os valores culturais das comunidades camponesas e povos indígenas. Nossas organizações camponesas se responsabilizam pela saúde nas zonas rurais, impulsionando campanhas preventivas, de difusão, capacitação, programas e revalorização da medicina tradicional.**

**É necessário readequar nossas formas de organização e de luta, tomando em conta as mudanças políticas e econômicas impostas pelo neoliberalismo. É necessário fortalecer a autonomia das organizações camponesas frente ao Estado, ONGs, igrejas e partidos políticos.**

**Denunciamos a repressão e perseguição de militantes e dirigentes camponeses que, em alguns casos, sofrem encarceramentos sob o pretexto de combater a subversão e o narcotráfico; exigimos o esclarecimento de ações repressivas e massacres contra camponeses, indígenas e outros setores do povo e punição a seus responsáveis, como é o caso do desaparecimento e morte de 9 estudantes e um professor da Universidade La Cantuta, em mãos de militares no Peru. Exigimos a liberdade de lutadores camponeses e indígenas como de todos os presos políticos em todo o continente.**

**Também demandamos a despenalização do cultivo e comercialização da folha de coca, já que forma parte da cultura e da economia dos diversos povos indígenas de Bolívia e Peru. Revalorizamos a folha de coca como um elemento cultural ancestral de nossos povos originários.**

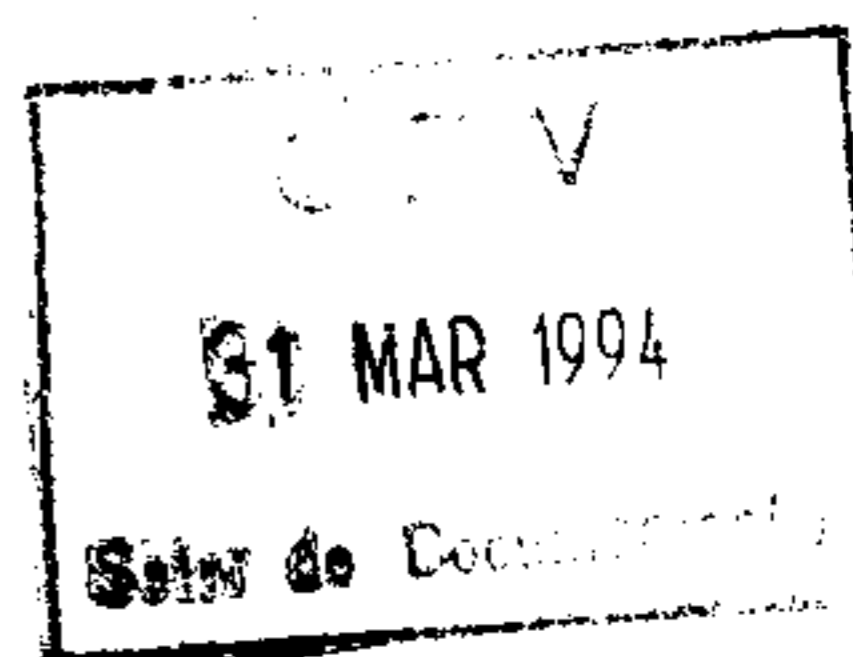
**Tendo em conta os diversos aspectos trabalhados no I Congresso Latinoamericano de Organizações do Campo fazemos um chamado a unir nossas forças e experiências acumuladas, para readequar nossas formas de luta e para renovar nossas propostas organizativas e programáticas conforme os novos tempos.**

**Devemos gerar consciência de que a questão agrária e indígena na América Latina é um problema que compete a toda a sociedade e como tal, devemos abordá-la dentro de uma estratégia de poder alternativo e popular. Nesse sentido, chamamos a todas as organizações sociais, aos pesquisadores, aos meios de comunicação e às igrejas, para que apoiem todos os esforços no sentido de conseguir a unidade duradoura de camponeses e indígenas do continente.**

**Expressamos nossa solidariedade ativa e militante com a Revolução Cubana, exemplo de resistência e luta consequente contra o imperialismo. Exigimos o levantamento do bloqueio norte-americano a este país e o cessamento imediato de todo tipo de hostilidades que impedem sua estabilidade e desenvolvimento. Nossa solidariedade com os povos de Haiti, Panamá e Chiapas, os quais são objeto hoje de diversos atropelos a seus direitos e que nos sinalizam com reivindicações que devemos ter em conta para enfrentar da melhor maneira possível os problemas que afligem nossos povos e zonas rurais.**

**Levanta-te América, mãe de tantas raízes, continente da esperança, terra do futuro, terra de Martí, terra de Zapata, terra de Mariátegui, terra de Sandino, terra de Bolívar e de tantos heróis e heroínas a quem rendemos, desde aqui, nossa homenagem.**

Lima, 25 de fevereiro de 1994.



## PERU: UM CAOS SOCIAL

Recentemente, estivemos com 50 delegados das organizações do campo do Brasil participando do I Congresso Latinoamericano, em Lima, Peru. Pudemos assistir, ao vivo, o que significa um país destroçado. O Peru é um caos social absoluto.

Vejam alguns dados: O governo Fujimori fechou o Congresso. Praticamente, dissolveu todos os partidos, instituiu uma constituinte fantoche, militarizou o país, sobretudo as instituições públicas. No campo econômico, aplicou com mão de ferro, todas as receitas do FMI e suas propostas neoliberais. Igualou o "Nuevo Sol" ao dólar e a inflação caiu para 3% ao ano.

Mas o resultado dessa soma de Ditadura na política com neoliberalismo na economia, deu como resultado: CAOS SOCIAL. Nada menos do que 65% da população está desempregada e os que estão empregados ganham um salário mínimo de 35 dólares, sendo que os preços foram dolarizados e uma coca-cola custa US\$0,50.

Os camponeses foram à falência completa. Não há crédito nem estímulo à pequena produção. E sua capital, Lima, passou em poucos anos de 3 milhões de habitantes para os atuais 6 milhões. Quase um terço do país vive agora na capital, mas vive em favelas e sua única sorte é que, em Lima, não chove. A miséria é total e visível nas ruas. Carros despencando aos pedaços, circulam entre Toyotas computadorizadas de uma minoria das minorias.

O principal produto de exportação continua sendo o narcotráfico que abastece sornateiramente as cidades com dólares lavados pela própria população que, aos milhares, se dedica em todas as esquinas ao "câmbio, câmbio!".

Comenta-se nos jornais que as epidemias e a fome só não são mais generalizadas, graças à ajuda "humanitária" de outros países que enviam toneladas de alimentos, todos os meses.

Os serviços públicos de saúde, escola, etc. desapareceram, foram privatizados e não dão lucro. O governo já vendeu tudo: minas, petróleo, as empresas de pesca, a Aeroperu. Vendeu a si próprio.

O resultado político dessa situação social não poderia ser outro: os militares controlam o país. Fujimori é um mero fantoche deles e do FMI. Existem 5 mil presos políticos, reconhecidos oficialmente, numa população de 20 milhões (imaginem se na grande São Paulo tivéssemos 5 mil presos políticos). Apenas a metade tem processo formal e foram condenados a penas de 15 a 30 anos por acusações ridículas. E 500 condenados à prisão perpétua. As instituições de direitos humanos estimam que a metade dos presos são absolutamente inocentes das acusações que lhe são feitas. Mas tudo se justifica em função do combate a um tal "terrorismo" e do combate ao Sendero Luminoso que apesar de ter seu principal dirigente preso, continua ativo, crescendo e realizando operações militares mais ousadas. Ou seja, mesmo nesse campo, a fórmula não deu certo.

As organizações populares foram destroçadas pela repressão e a esquerda está cada vez mais dividida, cada qual procurando salvar sua pele: entre escapar da repressão e buscar culpados entre si próprios.

Chorando deve estar José Carlos Mariátegui ao completar cem anos de seu nascimento, ao ver sua pátria destroçada e a esquerda tão debilitada.

O povo peruano está pagando um alto preço por esta nefasta experiência de somar-se uma política econômica neoliberal com uma ditadura militar. Mas seu sacrifício pode servir pelo menos de alerta aos demais povos latinoamericanos.

(Aqui no Brasil apregava-se todo dia que o inimigo principal é a inflação. Pois, no Peru, a inflação é 3% ao ano!).

Mas nem tudo está perdido. O povo já começa a dar sinais de revolta. A maioria da população não aprovou a nova Constituição, pois embora tenha tido 52% dos votos, houve 40% de abstenção. Ressurgem muitas greves. E a sociedade civil começa a perder o medo de denunciar os militares, como agora, no caso de LA CANTUTA, em que se comprovou a tortura e o assassinato de seis estudantes universitários e um professor, pelos militares.

O próprio Frankstein-Fujimori rebela-se contra seu criador. Sonhando em aliar-se com seus ancestrais japoneses causa ciúme ao governo norte-americano, que começa a dar sinais de oposição a seu monstro.

Felizmente, a história não para. E os povos jamais se rendem.

João Pedro Stedile  
15/março/1994